

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	16
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	18
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	18
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	18
12. ATIVOS DE CONTRATO.....	21
13. INTANGÍVEL.....	22
14. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	23
15. FORNECEDORES.....	24
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	25
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	26
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	28
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	29
20. PROVISÕES.....	30
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	35
22. RECEITA.....	37
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	39
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	41
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	42
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	45
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	53
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	53
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	54
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	62

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	376.704	451.304
Títulos e valores mobiliários	5	172.013	408.769
Consumidores e revendedores	6	2.840.949	2.859.862
Concessionários – transporte de energia	6	202.777	195.122
Tributos compensáveis	7	44.694	53.841
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	148.287	165.061
Estoques		23.732	26.826
Contribuição de iluminação pública		161.154	149.098
Reembolso subsídios tarifários	10	164.940	82.470
Subvenção baixa renda		41.546	30.232
Ativos financeiros e setoriais da concessão	11	897.919	646.874
Outros		225.545	210.189
Total do circulante		5.300.260	5.279.648
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	25.182	56.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	1.310.839	1.334.421
Tributos compensáveis	7	182.582	181.663
Depósitos vinculados a litígios	9	1.706.857	1.707.668
Consumidores e revendedores	6	711	711
Concessionários - transporte de energia	6	73.977	75.161
Outros créditos		39.458	43.814
Ativos financeiros e setoriais da concessão	11	661.272	829.562
Ativos de contrato	12	533.690	518.162
Intangíveis	13	8.872.432	8.890.070
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	14	248.216	-
Total do não circulante		13.655.216	13.637.431
Ativo total		18.955.476	18.917.079

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	565.590	506.434
Debêntures	17	1.100.189	994.181
Fornecedores	15	1.538.790	1.199.055
Impostos, taxas e contribuições	16	204.216	297.725
Salários e encargos sociais		189.198	193.052
Encargos regulatórios	18	337.729	369.284
Participação dos empregados e administradores no resultado		97.542	51.281
Obrigações pós-emprego	19	184.676	181.862
Contribuição de iluminação pública		238.005	281.362
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		267.435	267.435
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	67.739	-
Outros		182.603	229.299
Total do circulante		4.973.712	4.570.970
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	1.048.362	1.087.314
Debêntures	17	2.998.141	3.675.479
Provisões	20	401.668	439.889
Obrigações pós-emprego	19	3.240.247	3.220.182
Impostos, taxas e contribuições	16	25.217	24.923
Encargos regulatórios	18	109.241	119.176
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	1.129.697	1.123.680
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	182.910	-
Outros		15.569	13.108
Total do não circulante		9.151.052	9.703.751
Total do passivo		14.124.764	14.274.721
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		2.771.998	2.771.998
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.600.000	2.600.000
Reservas de lucros		545.856	545.856
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.275.496)	(1.275.496)
Lucros acumulados		188.354	-
Total do patrimônio líquido		4.830.712	4.642.358
Total do passivo e do patrimônio líquido		18.955.476	18.917.079

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Receita	22	3.550.422	2.983.541
Custos operacionais	23		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.828.301)	(1.485.293)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(338.942)	(370.845)
		(2.167.243)	(1.856.138)
Custos			
Pessoal e administradores		(181.192)	(166.496)
Materiais		(7.868)	(5.738)
Serviços de terceiros		(196.514)	(153.879)
Amortização		(132.818)	(128.766)
Provisões (reversões) operacionais, líquidas		3.506	(8.821)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(160.201)	(170.074)
Outros		(842)	(10.361)
		(675.929)	(644.135)
Custo total		(2.843.172)	(2.500.273)
Lucro bruto		707.250	483.268
Despesa operacional	23		
Despesas com vendas		(62.642)	(75.837)
Despesas gerais e administrativas		(153.508)	(152.920)
Outras despesas operacionais		(147.173)	(80.294)
		(363.323)	(309.051)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		343.927	174.217
Receitas financeiras	24	119.282	78.905
Despesas financeiras	24	(173.856)	(149.504)
Resultado antes dos impostos		289.353	103.618
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(77.417)	(40.692)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(23.582)	2.796
Lucro líquido do período		188.354	65.722
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	21	0,0798	0,0279

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Lucro líquido do período	188.354	65.722
Resultado abrangente do período	188.354	65.722

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.771.998	1.500.000	392.497	(927.185)	-	3.737.310
Adoção inicial CPC 48, líquido de impostos	-	-	-	-	(99.076)	(99.076)
Resultado abrangente	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	65.722	65.722
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	65.722	65.722
Reserva de incentivos fiscais	-	-	976	-	(976)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 21)	-	420.000	-	-	-	420.000
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018	2.771.998	1.920.000	393.473	(927.185)	(34.330)	4.123.956
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.771.998	2.600.000	545.856	(1.275.496)	-	4.642.358
Lucro líquido do período	-	-	-	-	188.354	188.354
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	188.354	188.354
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019	2.771.998	2.600.000	545.856	(1.275.496)	188.354	4.830.712

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		188.354	65.722
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	19	79.325	68.346
Amortização	13b e 14	161.965	144.893
Provisões operacionais	23c	59.136	84.765
	11a e		
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	13b	3.469	367
Juros e variações monetárias		115.767	128.035
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	11a	(6.040)	792
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	17	4.017	2.640
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	22	(120.350)	(441.156)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	23.582	(2.796)
		509.225	51.608
(Aumento) redução de ativos			
Consumidores e revendedores		(43.729)	192.074
Concessionários – transporte de energia		(6.471)	(5.229)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	11b	74.534	153.267
Tributos compensáveis		8.228	16.031
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(4.464)	(3.364)
Depósitos vinculados a litígios		3.936	(15.689)
Reembolso subsídios tarifários		(82.470)	-
Subvenção baixa renda		(11.314)	(383)
Outros		49.703	(21.482)
		(12.047)	315.225
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		343.385	(422.249)
Impostos, taxas e contribuições		(15.798)	58.339
Salários e encargos sociais		(3.854)	(11.732)
Encargos regulatórios		(45.999)	(66.599)
Obrigações pós-emprego	19	(56.446)	(51.445)
Outros		(93.959)	(81.181)
		127.329	(574.867)
Caixa gerado(consumido) pelas atividades operacionais		624.507	(208.034)
Juros pagos	17	(187.495)	(209.560)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(55.959)	(16.288)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		381.053	(433.882)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		205.282	276.996
Em ativos de contrato	12	(143.721)	-
Em intangível	13	(5.865)	(162.430)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		55.696	114.566
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de empréstimos	17	(511.349)	(423.569)
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	-	420.000
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(511.349)	(3.569)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	451.304	520.887
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	376.704	198.002

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Jan a Mar/2019		Jan a Mar/2018	
Receitas				
Venda de energia e serviços	5.942.080		5.015.384	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	160.201		170.074	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	6.040		792	
Outras receitas	1.599		3.918	
Ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(62.642)		(75.837)	
	<u>6.047.278</u>		<u>5.114.331</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(2.002.607)		(1.624.950)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(373.490)		(408.645)	
Serviços de terceiros	(303.872)		(272.391)	
Materiais	(84.041)		(87.919)	
Outros custos operacionais	(40.331)		(40.863)	
	<u>(2.804.341)</u>		<u>(2.434.768)</u>	
Valor adicionado bruto	<u>3.242.937</u>		<u>2.679.563</u>	
Retenções				
Amortização	(161.965)		(144.893)	
Valor adicionado líquido	<u>3.080.972</u>		<u>2.534.670</u>	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	119.282		78.905	
Valor adicionado a distribuir	<u>3.200.254</u>		<u>2.613.575</u>	
Distribuição do valor adicionado				
		%		%
Empregados	342.571	10,70	274.278	10,50
Remuneração direta	220.195	6,88	181.818	6,96
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	93.435	2,92	80.139	3,07
FGTS	14.213	0,44	12.321	0,47
Programa de desligamento voluntário programado	14.728	0,46	-	-
Impostos, taxas e contribuições	2.484.295	77,63	2.097.632	80,26
Federais	1.126.449	35,20	1.045.516	40,00
Estaduais	1.354.544	42,33	1.049.006	40,14
Municipais	3.302	0,10	3.110	0,12
Remuneração de capitais de terceiros	185.034	5,78	175.943	6,73
Juros	184.471	5,76	157.148	6,01
Aluguéis	563	0,02	18.795	0,72
Remuneração de capital próprio	188.354	5,89	65.722	2,51
Lucro retido	188.354	5,89	65.722	2,51
	<u>3.200.254</u>	<u>100,00</u>	<u>2.613.575</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.434.471 consumidores em 31 de março de 2019 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pela Administração em 28 de março de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 10 de maio de 2019, a Administração da Companhia autorizou a emissão dessas informações contábeis intermediárias.

2.2. Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia efetuou a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC-06 (R2) em suas informações contábeis intermediárias a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Dentre as formas de adoção previstas na norma a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentará informações e saldos em base comparativa.

A Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentado a seguir:

	01/01/2019
Ativo - Direito de uso	261.332
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(261.332)

Nas tabelas a seguir, são apresentados os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) na demonstração do resultado e no balanço patrimonial para o período findo em 31 de março de 2019:

	Jan a Mar/2019 com adoção do IFRS 16/CPC 06	Ajuste IFRS 16/CPC 06	Jan a Mar/2019 sem adoção do IFRS 16/CPC 06
RECEITA LÍQUIDA	3.550.422	-	3.550.422
CUSTOS OPERACIONAIS	(2.843.172)	13.116	(2.830.056)
DESPESAS OPERACIONAIS	(363.323)	(17.913)	(381.236)
Resultado financeiro	(54.574)	7.230	(47.344)
Imposto de renda e contribuição social	(100.999)	(827)	(101.826)
Lucro líquido do período	188.354	1.606	189.960

	31/03/2019 com adoção do IFRS 16/CPC 06	Ajuste IFRS 16/CPC 06	31/03/2019 sem adoção do IFRS 16/CPC 06
Ativo circulante	5.300.260	-	5.300.260
Ativo não circulante	13.655.216	(249.043)	13.406.173
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.310.839	(827)	1.310.012
Direito de uso - arrendamento	248.216	(248.216)	-
Outros ativos não circulantes	12.096.161	-	12.096.161
Passivo circulante	4.973.712	(67.739)	4.905.973
Arrendamento	67.739	(67.739)	-
Outros passivos circulantes	4.905.973	-	4.905.973
Passivo não circulante	9.151.052	(182.910)	8.968.142
Arrendamento	182.910	(182.910)	-
Outros passivos não circulantes	8.968.142	-	8.968.142
Patrimônio líquido	4.830.712	1.606	4.832.318

- IFRIC 23/ICPC 22 – trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias

2.3. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras e as informações contábeis intermediárias.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2018	31/03/2019	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informação Por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolso Subsídios Tarifários
12	11	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Intangível
-	14	Operações de Arrendamento Mercantil
15	15	Fornecedores
16	16	Impostos, Taxas e Contribuições e Valores a Restituir a Consumidores
17	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	18	Encargos Regulatórios
19	19	Obrigações Pós-Emprego
20	20	Provisões
21	21	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
22	22	Receita
23	23	Custos e Despesas Operacionais
24	24	Receitas e Despesas Financeiras
25	25	Transações com Partes Relacionadas
26	26	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
30	27	Transações Não Envolvendo Caixa

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto destas informações, são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das Concessões
27	Seguros
28	Obrigações Contratuais
29	Reajuste Tarifário Anual e Revisão Tarifária da Companhia

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2019	31/12/2018
Contas bancárias	37.030	92.756
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários	307.928	226.030
Overnight	31.746	132.518
	339.674	358.548
	376.704	451.304

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 50% a 104% em 31 de março de 2019 (40% a 104% em 31 de dezembro de 2018), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 6,39% a.a. em 31 de março de 2019 (6,39% a.a. em 31 de dezembro 2018).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2019	31/12/2018
Certificados de depósitos bancários	198	196
Letras financeiras – bancos	138.964	308.370
Letras financeiras do tesouro	54.748	147.372
Debêntures	3.080	8.704
Outros	205	326
	197.195	464.968
Ativo circulante	172.013	408.769
Ativo não circulante	25.182	56.199

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), em 31 de março de 2019 (80% em 31 de dezembro de 2018), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102,00% a 111,25% do CDI em 31 de março de 2019 (102,00% a 111,25% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151,00% do CDI em 31 de março de 2019 (104,25% a 151,00% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 26. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 25.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	31/03/2019	31/12/2018
Residencial	662.147	249.557	447.883	166.904	71.564	1.598.055	1.588.577
Industrial	67.567	70.766	41.361	26.337	130.530	336.561	345.390
Comércio, serviços e outras	337.709	151.687	112.649	46.621	95.299	743.965	741.981
Rural	131.516	51.913	68.912	59.566	19.404	331.311	342.549
Poder público	56.077	29.019	33.897	95.302	116.250	330.545	299.679
Iluminação pública	3.107	22.862	1.495	609	673	28.746	43.464
Serviço público	70.047	24.962	4.786	14.148	12.081	126.024	128.291
Subtotal – consumidores	1.328.170	600.766	710.983	409.487	445.801	3.495.207	3.489.931
Concessionários – transporte de energia	79.730	166.416	8.613	7.341	82.384	344.484	338.014
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(172.889)	(14.344)	(20.508)	(14.396)	(499.140)	(721.277)	(697.089)
	1.235.011	752.838	699.088	402.432	29.045	3.118.414	3.130.856
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						2.840.949	2.859.862
Concessionários – transporte de energia						202.777	195.122
Ativo não circulante							
Consumidores e revendedores						711	711
Concessionários – transporte de energia						73.977	75.161

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 26 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 25.

O ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2019	31/12/2018
Residencial	138.842	133.652
Industrial	129.773	130.747
Comércio, serviços e outras	185.902	181.993
Rural	30.813	31.846
Poder público	138.799	119.343
Iluminação pública	2.145	4.694
Serviço público	27.273	27.084
Concessionários – transporte de energia	67.730	67.730
	721.277	697.089

A movimentação do ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	489.538
Adoção Inicial CPC 48	150.114
Constituições, Líquidas	75.837
Baixas	(66.109)
Saldo em 31 de março de 2018	649.380
Saldo em 31 de dezembro de 2018	697.089
Constituições, Líquidas	62.642
Baixas	(38.454)
Saldo em 31 de março de 2019	721.277

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
ICMS a recuperar	36.220	34.724
COFINS	6.300	15.154
PIS-PASEP	1.738	3.659
Outros	436	304
	44.694	53.841
Não Circulante		
ICMS a recuperar	182.582	181.663
	182.582	181.663
	227.276	235.504

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
Imposto de renda	94.544	106.970
Contribuição social	53.743	58.091
	148.287	165.061

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	31/03/2019	31/12/2018
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal / base negativa	217.970	253.692
Obrigações pós-emprego	1.009.129	996.506
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	265.516	257.225
Provisão para redução a valor recuperável	16.478	16.478
Provisões operacionais	5.008	17.198
Provisões para contingências	136.567	149.562
Taxa de administração	5.907	6.000
Participação de empregados e administradores no resultado	33.163	17.434
Outros	3.026	2.200
	1.692.764	1.716.295
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(205.379)	(205.617)
Encargos financeiros capitalizados	(169.109)	(167.454)
Custo de captação	(7.437)	(8.803)
	(381.925)	(381.874)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.310.839	1.334.421

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.106.081
Adoção inicial CPC 48 - efeitos alocados ao patrimônio líquido	51.038
Efeitos alocados ao resultado	2.796
Saldo em 31 de março de 2018	1.159.915
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.334.421
Efeitos alocados ao resultado	(23.582)
Saldo em 31 de março de 2019	1.310.839

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Lucro antes dos impostos	289.353	103.618
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal	(98.380)	(35.230)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	5.928	1.770
Contribuições e doações indedutíveis	(450)	(332)
Multas indedutíveis	(7.933)	(3.739)
Outros	(164)	(365)
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(100.999)	(37.896)
Alíquota efetiva	34,91%	36,57%
Corrente	(77.417)	(40.692)
Diferido	(23.582)	2.796

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	31/03/2019	31/12/2018
Trabalhista	257.140	262.715
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	10.855	10.796
PIS-PASEP/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	1.154.914	1.148.604
IR/INSS indenização do anuênio (2)	198.211	196.885
Outros	30.905	35.590
	<u>1.394.885</u>	<u>1.391.875</u>
Outros		
Regulatório	19.948	19.599
Cível	5.911	5.704
Relações de consumo	4.047	4.192
Bloqueio judicial	7.548	5.647
Outros	17.378	17.936
	<u>54.832</u>	<u>53.078</u>
	<u>1.706.857</u>	<u>1.707.668</u>

(1) Os saldos de depósitos judiciais referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores. Ver detalhes na nota explicativa nº 16.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 – Provisões (indenização do anuênio)

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 31 de março de 2019, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$247.410 (R\$220.036 em 31 de março de 2018). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$164.940 (R\$82.470 em 31 de dezembro 2018), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	31/03/2019	31/12/2018
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	411.776	395.743
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	1.147.415	1.080.693
	<u>1.559.191</u>	<u>1.476.436</u>
Ativo circulante	897.919	646.874
Ativo não circulante	661.272	829.562

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	369.762
Transferências do ativo intangível (nota 13)	5.250
Baixas	(46)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	792
Saldo em 31 de março de 2018	375.758
Saldo em 31 de dezembro de 2018	395.743
Transferências de ativos de contrato (nota 12)	10.147
Baixas	(154)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	6.040
Saldo em 31 de março de 2019	411.776

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, é garantido que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, devendo ser ressaltado que nas informações contábeis intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/03/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	425.438	3.127.882	3.553.320	1.184.458	2.545.994	3.730.452
Ativo circulante	425.438	2.485.861	2.911.299	1.184.458	1.505.264	2.689.722
Ativo não circulante	-	642.021	642.021	-	1.040.730	1.040.730
Passivo	(422.770)	(1.983.135)	(2.405.905)	(1.140.507)	(1.509.252)	(2.649.759)
Passivo circulante	(422.770)	(1.590.610)	(2.013.380)	(1.140.507)	(902.341)	(2.042.848)
Passivo não circulante	-	(392.525)	(392.525)	-	(606.911)	(606.911)
Total circulante líquido	2.668	895.251	897.919	43.951	602.923	646.874
Total não circulante líquido	-	249.496	249.496	-	433.819	433.819
Total líquido	2.668	1.144.747	1.147.415	43.951	1.036.742	1.080.693

COMPONENTES FINANCEIROS	31/03/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	1.852	237.113	238.965	1.172	220.016	221.188
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	9.162	(16.425)	(7.263)	24.263	(5.577)	18.686
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	876	21.006	21.882	2.266	15.580	17.846
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	1.043	20.737	21.780	3.106	5.154	8.260
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(82.272)	(389.249)	(471.521)	(246.181)	(287.474)	(533.655)
Energia elétrica comprada para revenda (1)	232.014	1.662.133	1.894.147	667.149	1.401.917	2.069.066
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	(81.622)	42.829	(38.793)	(204.056)	(12.920)	(216.976)
Neutralidade da parcela A	21.047	(61.049)	(40.002)	53.008	(14.883)	38.125
Outros itens financeiros	(94.385)	(285.499)	(379.884)	(235.964)	(211.525)	(447.489)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(101)	(101)	-	(11.215)	(11.215)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(5.047)	(86.748)	(91.795)	(20.812)	(62.331)	(83.143)
TOTAL	2.668	1.144.747	1.147.415	43.951	1.036.742	1.080.693

(1) O montante de CVA Energia constituída em 2018 após a Revisão Tarifária, para inclusão no reajuste de 2019, se deve principalmente ao aumento das despesas com compra de energia e cobertura do risco hidrológico, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado atacadista e a operação das usinas termelétricas, em função do baixo nível dos reservatórios.

(2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros	178.444
Realização	262.712
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(153.267)
Atualização Selic	447
Saldo em 31 de março de 2018	242.546
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.080.693
Constituição líquida de ativos financeiros (1)	167.230
Realização	(46.880)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(74.534)
Atualização Selic	20.906
Saldo em 31 de março de 2019	1.147.415

(1) A constituição de CVA no período se deve, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2019, em relação à cobertura tarifária, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia no próximo reajuste tarifário.

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a março de 2019, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$74.534 (R\$153.267 de janeiro a março de 2018) e foram reconhecidos como uma antecipação parcial da CVA constituída.

12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato de cliente, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	518.162
Adições	153.482
Transferências para o ativo financeiro (nota 11)	(10.147)
Transferências para o ativo intangível (nota 13)	(127.807)
Saldo em 31 de março de 2019	533.690

Dentre as adições realizadas no primeiro trimestre de 2019, no montante de R\$153.482, está contemplado R\$9.761 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou provisão para redução do valor recuperável de determinados ativos em curso a longa data no montante de R\$42.029. Em 31 de março de 2019 a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável dos demais ativos de contrato, que são de vida útil definida.

A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

13. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

a) Composição do saldo

	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	20.440.956	(8.748.345)	11.692.611	20.308.857	(8.578.754)	11.730.103
(-) Obrigações especiais	(4.031.118)	1.160.966	(2.870.152)	(4.019.750)	1.123.616	(2.896.134)
Ativos da concessão líquidos	16.409.838	(7.587.379)	8.822.459	16.289.107	(7.455.138)	8.833.969
Intangível em curso	49.973	-	49.973	56.101	-	56.101
Total do intangível	16.459.811	(7.587.379)	8.872.432	16.345.208	(7.455.138)	8.890.070

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.336.486
Adições	170.074
Transferências para o ativo financeiro (nota 11)	(5.250)
Baixas	(321)
Amortização	(144.893)
Saldo em 31 de março de 2018	9.356.096
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.890.070
Adições	6.719
Baixas	(3.315)
Transferência de ativos de contrato (nota 12)	127.807
Amortização	(148.849)
Saldo em 31 de março de 2019	8.872.432

Dentre as adições realizadas no período de janeiro a março de 2019, está contemplado R\$854 (R\$7.644 de janeiro a março de 2018) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

14. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos desta norma, não reapresentou informações e saldos em base comparativa e considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia avaliou os seus contratos e reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de janeiro a março de 2019 foram imateriais.

a) Direito de Uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

Composição do saldo por classe de ativo identificado:

	31/03/2019	01/01/2019
Imóveis	168.742	173.828
Veículos	79.140	87.093
Outros	334	411
	248.216	261.332

A movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	173.828	87.093	411	261.332
Amortização	(5.086)	(7.953)	(77)	(13.116)
Saldo em 31 de março de 2019	168.742	79.140	334	248.216

b) Passivo de Arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	261.332
Juros incorridos	7.230
Pagamentos efetuados	(17.913)
Saldo em 31 de março de 2018	250.649
Passivo circulante	67.739
Passivo não circulante	182.910

(1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 7,96% a.a. a 13,17% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 26.

15. FORNECEDORES

	31/03/2019	31/12/2018
Energia de curto prazo - CCEE	395.490	114.896
Encargos de uso da rede elétrica (1)	126.080	121.571
Energia elétrica comprada para revenda	539.898	430.687
Itaipu binacional	261.444	268.004
Materiais e serviços	215.878	263.897
	1.538.790	1.199.055

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	31/03/2019	31/12/2018
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	71.713	142.739
COFINS	85.531	102.900
PIS-PASEP	18.477	22.233
INSS	15.296	15.154
ISSQN	5.352	5.225
Outros	7.847	9.474
	204.216	297.725
Não circulante		
COFINS	21.692	21.439
PIS-PASEP	3.525	3.484
	25.217	24.923
	229.433	322.648
Valores a serem restituídos a consumidores		
Não circulante		
PASEP/COFINS (i)	1.129.697	1.123.680
	1.129.697	1.123.680

- (i) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 31 de março de 2019 esse passivo é de R\$1.129.697 (R\$1.123.680 em 31 de dezembro de 2018), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.154.914 (R\$1.148.604 em 31 de dezembro de 2018), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$25.217 (R\$24.924 em 31 de dezembro de 2018). O passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL. Não ocorreram efeitos no resultado decorrentes deste assunto.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2019						31/12/2018
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Moeda Estrangeira							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	4.128	24.194	28.322	25.936
Dívida em Moeda Estrangeira				4.128	24.194	28.322	25.936
Moeda Nacional							
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	53.156	449.375	502.531	502.531
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	14.028	17.074	31.102	33.182
Grandes Consumidores (2)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	2.490	2.616	5.106	4.985
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R\$	64.685	562.170	626.855	626.632
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única	2019	151,00% do CDI	R\$	435.330	-	435.330	425.571
(-) FIC Pampulha (3)				(5.841)	-	(5.841)	(13.015)
(-) Custos de Transação				(2.386)	(7.067)	(9.453)	(12.074)
Dívida em Moeda Nacional				561.462	1.024.168	1.585.630	1.567.812
Total de Empréstimos e Financiamentos				565.590	1.048.362	1.613.952	1.593.748
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	517.679	527.881	1.045.560	1.596.419
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	5.134	926.412	931.546	955.722
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	165.159	1.415.532	1.580.691	1.580.121
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (4)	2020	CDI + 1,75%	R\$	415.783	137.170	552.953	551.214
(-) Custos de Transação				(3.566)	(8.854)	(12.420)	(13.816)
Total de Debêntures				1.100.189	2.998.141	4.098.330	4.669.660
Total Geral				1.665.779	4.046.503	5.712.282	6.263.408

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$178.021, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$149.699. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%);
- (3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide nota explicativa nº 25;
- (4) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas								
Dólar Norte-Americano	4.128	-	-	-	-	24.194	-	28.322
Total por Moedas	4.128	-	-	-	-	24.194	-	28.322
Indexadores								
IPCA (1)	10.456	512.357	527.881	231.603	231.603	231.603	231.603	1.977.106
UFIR/RGR (2)	10.843	11.208	3.407	3.265	2.379	-	-	31.102
CDI (3)	899.522	639.346	729.136	1.424.515	-	-	-	3.692.519
IGP-DI (4)	2.490	259	945	565	565	282	-	5.106
Total por Indexadores	923.311	1.163.170	1.261.369	1.659.948	234.547	231.885	231.603	5.705.833
(-) Custos de Transação	(4.326)	(4.053)	(4.524)	(8.475)	(165)	(165)	(165)	(21.873)
Total Geral	923.113	1.159.117	1.256.845	1.651.473	234.382	255.914	231.438	5.712.282

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição acumulada no 1º Trimestre de 2019 (%)	Varição acumulada no 1º Trimestre de 2018 (%)	Indexador	Varição acumulada no 1º Trimestre de 2019 (%)	Varição acumulada no 1º Trimestre de 2018 (%)
Dólar Norte-Americano	0,57	0,48	IPCA	1,51	0,70
			CDI	1,51	1,59

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.682.691
Varição monetária	25.559
Varição cambial	101
Encargos financeiros provisionados	98.295
Amortização do custo de transação	2.640
Encargos financeiros pagos	(209.560)
Amortização de empréstimos	(423.569)
Saldo em 31 de março de 2018	5.176.157
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.263.408
Varição monetária	26.555
Varição cambial	133
Encargos financeiros provisionados	109.839
Amortização do custo de transação	4.017
Encargos financeiros pagos	(187.495)
Amortização de empréstimos	(511.349)
Subtotal	5.705.108
FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	7.174
Saldo em 31 de março de 2019	5.712.282

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

A Companhia transferiu para os ativos de contrato e intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a mar/2019	Jan a Mar/2018
Encargos de empréstimos e financiamentos	109.839	98.295
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato (1) (nota 12)	(9.761)	-
Encargos financeiros capitalizados no intangível (1) (nota 13)	(854)	(7.644)
Efeito líquido no resultado	99.224	90.651

(1) A taxa média de capitalização foi de 8,99% a.a. em 2019 (9,45% a.a. em 2018).

Garantias

Em 31 de março de 2019, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	1.975.914
Recebíveis	3.301.683
Ações	427.897
Sem garantia	6.788
TOTAL	5.712.282

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título (1)	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)			
		Manter índice igual ou inferior a:	Manter índice igual ou inferior a:	
		3,8 em 30/06/2019	4,25 em 30/06/2019	
		3,8 em 31/12/2019	3,5 em 31/12/2019	
		3,3 em 30/06/2020	3,5 em 30/06/2020	
		3,3 em 31/12/2020	3,0 em 31/12/2020	
		3,3 em 30/06/2021	3,0 em 30/06/2021	
		3,3 em 31/12/2021 em diante	2,5 em 31/12/2021 em diante	
	Índice de liquidez corrente	Igual ou maior a 0,6x	Igual ou maior a 0,6x	Semestral e anual

(1) Os títulos descritos acima possuem exigibilidade de cumprimento das respectivas cláusulas restritivas em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta nota explicativa.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2019	31/12/2018
Passivo		
Eficiência energética	253.755	257.956
Pesquisa e desenvolvimento	83.150	89.601
Conta de desenvolvimento energético – CDE	53.033	83.871
Reserva global de reversão – RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	30.994	30.994
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.477	1.477
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	446.970	488.460
Passivo circulante	337.729	369.284
Passivo não circulante	109.241	119.176

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	1.298.969	1.299.243	27.405	196.536	2.822.153
Despesa reconhecida no resultado	29.918	32.843	679	4.906	68.346
Contribuições pagas	(29.877)	(19.474)	(442)	(1.652)	(51.445)
Passivo líquido em 31 de março de 2018	1.299.010	1.312.612	27.642	199.790	2.839.054
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	1.356.045	1.695.721	33.979	316.299	3.402.044
Despesa reconhecida no resultado	30.678	40.270	813	7.564	79.325
Contribuições pagas	(32.998)	(20.844)	(460)	(2.144)	(56.446)
Passivo líquido em 31 de março de 2019	1.353.725	1.715.147	34.332	321.719	3.424.923
				31/03/2019	31/12/2018
Passivo circulante				184.676	181.862
Passivo não circulante				3.240.247	3.220.182

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$68.291 (R\$55.300 no primeiro trimestre de 2018), mais os encargos e a variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$11.034 (R\$13.046 no primeiro trimestre de 2018).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$458.100 (R\$472.349 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 31 de março de 2019, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits de 2015 e 2016 apurados no Plano A é de R\$273.219 (R\$273.462 em 31 de dezembro de 2018), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de

amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Em 03 de abril de 2019, foi celebrado um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A relativo ao ano de 2017. O montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit de 2017 apurado no Plano A é de R\$129.199, com amortizações mensais até 2033. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

20. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2019
Trabalhistas	366.951	30.544	(34.722)	(30.543)	332.230
Cíveis					
Relações de consumo	17.945	2.959	(3.394)	(2.933)	14.577
Outras ações cíveis	28.084	1.121	(2.738)	(1.121)	25.346
	46.029	4.080	(6.132)	(4.054)	39.923
Tributárias	2.111	2	(180)	(2)	1.931
Ambientais	1.209	46	-	-	1.255
Regulatórias	16.990	57	(1.108)	(57)	15.882
Outras	6.599	3.907	-	(59)	10.447
Total	439.889	38.636	(42.142)	(34.715)	401.668

	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2018
Trabalhistas	384.247	11.101	-	(1.856)	393.492
Cíveis					
Relações de consumo	17.608	4.263	(320)	(4.184)	17.367
Outras ações cíveis	41.896	64	(6.066)	(64)	35.830
	59.504	4.327	(6.386)	(4.248)	53.197
Tributárias	5.000	50	-	(16)	5.034
Ambientais	2	-	-	-	2
Regulatórias	23.647	368	-	(196)	23.819
Outras	8.577	55	(694)	(16)	7.922
Total	480.977	15.901	(7.080)	(6.332)	483.466

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários das informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.430.560 (R\$1.495.681 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$332.230 (R\$366.951 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$48.673 (R\$51.806 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$14.577 (R\$17.945 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$228.742 (R\$219.513 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$25.346 (R\$28.084 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$41.881 (R\$41.326 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$1.931 (R\$2.111 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$220.232 (R\$207.586 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$15.882 (R\$16.990 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$108.224 (R\$110.856 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$10.447 (R\$7.808 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a

Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$198.211 (R\$196.885 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$201.140 (R\$217.451 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$853.748 (R\$839.261 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$36.385 (R\$35.913 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$243.712 (R\$227.080 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$27.300 (R\$33.220 em 31 de dezembro de 2018).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$308.196 (R\$302.890 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$298.703 (R\$291.262 em 31 de dezembro de 2018) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$93.113 (R\$90.288 em 31 de dezembro de 2018) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$84.989 (R\$80.731 em 31 de dezembro de 2018). Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Capital Social

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Lucro por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Lucro líquido do período	188.354	65.722
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,0798	0,0279

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o lucro diluído é igual ao lucro básico.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$2.750.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de proposta de deliberação à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 2019. Até 31 de março de 2019 o montante total repassado, na forma de AFAC, foi de R\$2.600.000.

Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego, que consistem dos ganhos ou das perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	31/03/2019	31/12/2018
Reservas de Lucros		
Reserva legal	251.730	251.730
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	17.886	17.886
Reserva de retenção de lucros	276.240	276.240
	545.856	545.856

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de março de 2019 é de R\$17.886 (R\$17.886 em 31 de dezembro de 2018).

22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	4.889.692	3.835.474
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	636.237	379.882
Constituição de CVA e outros componentes financeiros (c)	120.350	441.156
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	160.201	170.074
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	6.040	792
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(22.825)	(16.446)
Outras receitas operacionais (f)	318.626	375.318
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(2.557.899)	(2.202.709)
	3.550.422	2.983.541

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Residencial	2.743.798	2.593.117	2.458.439	1.917.982
Industrial	640.656	612.077	416.154	333.118
Comércio, serviços e outros	1.360.143	1.351.365	1.136.659	899.507
Rural	860.119	765.502	456.753	342.763
Poder público	223.700	213.598	153.592	120.850
Iluminação pública	351.964	343.406	150.845	124.416
Serviço público	339.111	322.058	167.496	134.272
Subtotal	6.519.491	6.201.123	4.939.938	3.872.908
Consumo próprio	9.983	12.124	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(50.246)	(37.434)
Total	6.529.474	6.213.247	4.889.692	3.835.474

(*) Valores em MWh informados não auditados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede – consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e

realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão.

Mais detalhes nas notas explicativas nºs 12, 13 e 23 das informações contábeis intermediárias.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

f) Outras receitas operacionais

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Serviço taxado	4.356	2.936
Outras prestações de serviços	4.223	1.355
Subvenções (1)	287.277	259.815
Aluguel e arrendamento	29.329	25.188
Receitas (reversões) de transações na CCEE	(6.600)	986
Ressarcimento de energia descontratada (2)	-	84.092
Outras	41	946
	318.626	375.318

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás;

(2) Ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição. O valor será liquidado em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC.

g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Impostos sobre a receita		
ICMS	1.353.948	1.048.286
PIS-PASEP	98.804	81.657
COFINS	455.097	376.064
ISSQN	146	229
	1.907.995	1.506.236
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	16.883	13.213
Conta de desenvolvimento energético-CDE	600.569	549.183
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	6.753	5.285
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	6.753	5.285
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	3.377	2.643
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	11.156	116.772
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	4.413	4.092
	649.904	696.473
	2.557.899	2.202.709

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Pessoal (a)	247.659	225.825
Participação de empregados e administradores no resultado	46.261	13.856
Obrigações pós-emprego	68.291	55.300
Materiais	14.585	12.546
Serviços de terceiros (b)	239.462	198.675
Energia elétrica comprada para revenda (c)	1.828.301	1.485.293
Amortização (nota 13b)	148.849	144.893
Amortização direito de uso – arrendamento	13.116	-
Provisões operacionais (d)	59.136	84.765
Encargos de uso da rede básica de transmissão	338.942	370.845
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (e)	160.201	170.074
Outras despesas líquidas (f)	41.692	47.252
	3.206.495	2.809.324

a) Despesas com pessoal

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019)

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O valor estimado, provisionado em 31 de dezembro de 2018, referente à despesa relativa ao PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$50.584, correspondente à adesão de 365 empregados.

Reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019)

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 01 a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras, a saber: verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019, no primeiro trimestre de 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$14.728, correspondente à adesão de 108 empregados.

b) Serviços de terceiros

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Leitura de medidores e entrega de contas	31.765	30.683
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	94.081	70.960
Comunicação	17.863	19.517
Conservação e limpeza de prédios	19.374	18.403
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	12.614	4.973
Corte e religação	17.546	10.139
Podas de árvores	8.252	4.029
Serviços advocatícios e custas processuais	3.470	4.096
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	669	417
Serviços de tecnologia da informação	6.549	9.034
Mão de obra contratada	1.917	2.219
Hospedagem e alimentação	2.175	1.777
Vigilância	2.152	2.434
Impressão de fatura de energia elétrica	278	500
Manutenção e conservação de veículos	478	429
Reprografia e publicações legais	4.215	3.706
Consultoria	379	2.252
Despesas com transporte - pessoa jurídica	892	1.177
Outros	14.793	11.930
	239.462	198.675

c) Energia elétrica comprada para revenda

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Energia de Itaipu binacional	333.156	288.243
Contratos por cotas de garantia física	178.931	181.345
Cotas das usinas de Angra I e II	67.293	66.712
Energia de curto prazo - CCEE	489.525	186.099
Contratos bilaterais	72.596	72.128
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	727.831	731.619
PROINFA	95.309	79.847
Geração distribuída	37.966	18.957
Créditos de PASEP/COFINS	(174.306)	(139.657)
	1.828.301	1.485.293

d) Provisões (reversões) operacionais

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	62.642	75.837
Perda estimada para outros créditos a receber (1)	-	107
Provisão (reversão) para contingências (nota 20)		
Trabalhistas	(4.178)	11.101
Cíveis	(2.052)	(2.059)
Tributárias	(178)	50
Ambientais	46	-
Regulatórias	(1.051)	368
Outras	3.907	(639)
	(3.506)	8.821
	59.136	84.765

(1) Estes valores estão apresentados, na demonstração de resultado, como despesa operacional.

e) Custo de construção de infraestrutura de distribuição

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Pessoal	11.450	11.667
Materiais	69.537	75.373
Serviços de terceiros	64.556	73.715
Encargos financeiros	10.615	7.644
Aquisição de imóveis e instalações	179	796
Arrendamentos e aluguéis	6	2
Impostos e taxas	228	174
Outros	3.630	703
	160.201	170.074

f) Outras despesas operacionais líquidas

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Arrendamentos e aluguéis (1)	-	17.877
Propaganda e publicidade	1.372	1.024
Consumo próprio de energia elétrica	6.289	6.597
Subvenções e doações	1.991	1.697
Forluz – custeio administrativo	4.894	5.621
Resultado na desativação e alienação de bens	5.600	1.900
Agentes arrecadadores	20.958	17.458
Impostos e taxas	3.752	3.599
Outras despesas (recuperação de despesas)	(3.164)	(8.521)
	41.692	47.252

(1) A partir de 1º de janeiro de 2019 os valores referentes aos arrendamentos e aluguéis passaram a ser registrados em conformidade ao IFRS 16/ CPC 06, conforme demonstrado na nota explicativa 2.2.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	11.854	6.292
Acréscimos moratórios de contas de energia	80.820	72.115
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 17)	-	2.500
Variações cambiais de Itaipu	3.650	-
Variações monetárias	1.432	652
Variação monetária depósitos judiciais	3.125	-
Variação monetária – CVA (nota 11b)	20.906	447
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(7.211)	(6.000)
Outras	4.706	2.899
	119.282	78.905
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e financiamentos (nota 17)	(99.224)	(90.651)
Amortização do custo de transação (nota 17)	(4.017)	(2.640)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(11.034)	(13.046)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 17)	(133)	(3.440)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos (nota 17)	(26.555)	(25.559)
Variação monetária de P&D e PEE	(4.509)	(3.892)
Variação monetária de arrendamento (nota 14)	(7.230)	-
Outras variações monetárias	(232)	(316)
Outras	(20.922)	(9.960)
	(173.856)	(149.504)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(54.574)	(70.599)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	268.978	244.960	-	-	38.821	30.588	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	2.050	2.050	-	-	-	-	-	-
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	7.175	20.268	-	-	(7.175)	(9.428)
Prestação de Serviço (3)	4.465	4.465	3.339	2.339	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (4)	-	512	-	-	725	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	267.435	267.435	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	1.861	-	-	-	(1.861)	(663)
Operações com Energia Elétrica (4)	841	1.191	23.803	24.061	7.054	6.833	(63.016)	(59.846)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	7.512	7.172	9.640	6.598	(19.571)	(19.089)
Madeira Energia								
Circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (5)	35.038	42.046	-	-	818	135	-	-
Não Circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (5)	-	3.504	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	5.638	5.841	-	-	(51.320)	(43.411)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	881	885	-	-	-	(1.805)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	6.935	6.835	-	-	(20.837)	(25.190)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	1.321	1.317	-	-	(2.992)	(4.713)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de Serviço (6)	-	-	2.073	128	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes de caixa	31.746	132.518	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	177.650	421.460	-	-	3.022	571	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (nota explicativa nº 17)	(5.841)	(13.015)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	24.983	56.003	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (7)	-	-	91.245	89.247	-	-	(30.678)	(29.918)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (8)	-	-	-	-	-	-	(12.841)	(13.001)
Custeio Administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(4.894)	(5.621)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	28.891	1.375	-	-	(8.899)	(7.605)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (7)	-	-	1.262.480	1.266.798	-	-	-	-
Arrendamento Operacional (10)	151.710	-	124.085	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	87.413	86.025	-	-	(41.083)	(33.522)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	1.662.066	1.643.675	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M com vencimento até novembro de 2019. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017, encontrando-se 12 parcelas vencidas em 31 de março de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Valor da CIP referente ao TARD em 31/1/2018 é de R\$2.050;
- Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Referem-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016.
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 31/03/2019 é R\$35.038;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e fevereiro de 2019 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034, estando em fase final de renovação), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de março de 2019.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2019	31/12/2018
				Cemig D 10,74% (1)	Cemig D 24,47% (1)
ETAU (2)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.098	2.463
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	1.754
				1.098	4.217

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

(2) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Remuneração	2.172	2.559
Participação nos resultados	155	71
Benefícios assistenciais	190	234
Total	2.517	2.864

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	31/03/2019		31/12/2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras	2	26.644	26.644	61.096	61.096
Consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia	2	2.849.436	2.849.436	2.885.896	2.885.896
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	268.978	268.978	244.960	244.960
Fundos vinculados	2	69.820	69.820	155	155
Outras contas a receber do Estado de Minas Gerais (CIP)	2	2.050	2.050	2.050	2.050
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	1.147.415	1.147.415	1.080.693	1.080.693
Reembolso de subsídios tarifários	2	164.940	164.940	82.470	82.470
Subvenção baixa renda	2	41.546	41.546	30.232	30.232
Depósitos vinculados a litígios	2	1.706.857	1.706.857	1.707.668	1.707.668
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada	2	35.038	35.038	45.550	45.550
		6.312.724	6.312.724	6.140.770	6.140.770
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	2	339.674	339.674	358.548	358.548
Títulos e valores mobiliários					
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	54.748	54.748	147.372	147.372
Letras financeiras - bancos	2	113.980	113.980	252.367	252.367
Debêntures	2	1.823	1.823	4.133	4.133
		170.551	170.551	403.872	403.872
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	411.776	411.776	395.743	395.743
		922.001	922.001	1.158.163	1.158.163
		7.234.725	7.234.725	7.298.933	7.298.933
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.712.282)	(5.712.282)	(6.263.408)	(6.263.408)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(458.100)	(458.100)	(472.349)	(472.349)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2	(273.219)	(273.219)	(273.462)	(273.462)
Fornecedores	2	(1.538.790)	(1.538.790)	(1.199.055)	(1.199.055)
Arrendamento	2	(250.649)	(250.649)	-	-
		(8.233.040)	(8.233.040)	(8.208.274)	(8.208.274)

(1) Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de

avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11 das informações contábeis intermediárias.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 144,11% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 6,00%, CDI + 1,75% a CDI + 3,26%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário,

estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/03/2019		31/12/2018	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	7.269	28.322	6.695	25.936
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 15)	67.104	261.444	69.177	268.004
Passivo líquido exposto	74.373	289.766	75.872	293.940

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real em 31 de março de 2020 será uma desvalorização de 2,00% (R\$3,8183). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	31/03/2019	31 de março de 2020		
	Valor contábil	Cenário dólar R\$3,8183	Cenário dólar R\$4,7729	Cenário dólar R\$5,7275
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	28.322	27.756	34.695	41.634
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 15)	261.444	256.223	320.280	384.338
Passivo líquido exposto	289.766	283.979	354.975	425.972
Efeito líquido da variação cambial		(5.787)	65.209	136.206

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2019. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	31/03/2019	31/12/2018
Ativos		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras – CDI (nota 4)	339.674	358.548
Títulos e valores mobiliários – CDI/Selic (nota 5)	197.195	464.968
CVA e outros componentes financeiros– CDI (nota 11)	1.147.415	1.080.693
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada – CDI (nota 25)	35.038	45.550
	<u>1.719.322</u>	<u>1.949.759</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos - CDI (nota 17)	(3.692.519)	(3.673.054)
	<u>(3.692.519)</u>	<u>(3.673.054)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(1.973.197)</u>	<u>(1.723.295)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2020, a taxa SELIC será de 6,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/03/2019	31 de março de 2020		
	Valor contábil	Cenário SELIC 6,50%	Cenário SELIC 8,13%	Cenário SELIC 9,75%
Ativos				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 4)	339.674	361.753	367.289	372.792
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	197.195	210.013	213.227	216.422
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 11)	1.147.415	1.221.997	1.240.700	1.259.288
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada - SELIC (nota 25)	35.038	37.315	37.887	38.454
	<u>1.719.322</u>	<u>1.831.078</u>	<u>1.859.103</u>	<u>1.886.956</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 17)	(3.692.519)	(3.932.533)	(3.992.721)	(4.052.540)
	<u>(3.692.519)</u>	<u>(3.932.533)</u>	<u>(3.992.721)</u>	<u>(4.052.540)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(1.973.197)</u>	<u>(2.101.455)</u>	<u>(2.133.618)</u>	<u>(2.165.584)</u>
Efeito líquido da variação das taxas de juros		<u>(128.258)</u>	<u>(160.421)</u>	<u>(192.387)</u>

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de março de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	31/03/2019	31/12/2018
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura – IPCA (nota 11)	411.776	395.743
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	271.028	247.010
	<u>682.804</u>	<u>642.753</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 17)	(1.977.106)	(2.552.141)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 19)	(458.100)	(472.349)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 19)	(273.219)	(273.462)
	<u>(2.708.425)</u>	<u>(3.297.952)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(2.025.621)</u>	<u>(2.655.199)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2020, o IPCA será de 3,6181% e o IGP-M de 4,89%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - elevação da inflação	31/03/2019	31 de março de 2020		
	Valor contábil	Cenário IPCA 3,6181% IGPM 4,89%	Cenário IPCA 4,52% IGPM 6,11%	Cenário IPCA 5,43% IGPM 7,43%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 11)	411.776	426.674	430.388	434.135
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M (nota 25)	271.028	284.281	287.588	290.921
	682.804	710.955	717.976	725.056
Passivos				
Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 17)	(1.977.106)	(2.048.640)	(2.066.471)	(2.084.463)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA (nota 19)	(458.100)	(474.675)	(478.806)	(482.975)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 19)	(273.219)	(283.104)	(285.568)	(288.055)
	(2.708.425)	(2.806.419)	(2.830.845)	(2.855.493)
Passivo líquido exposto	(2.025.621)	(2.095.464)	(2.112.869)	(2.130.437)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(69.843)	(87.248)	(104.816)

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

A Companhia estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	30.707	50.641	1.998.351	4.815.601	659.536	7.554.836
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ)	8.524	17.042	77.760	456.840	31.424	591.590
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2.601	5.235	23.844	140.013	333.700	505.393
Arrendamento	5.949	11.896	53.486	141.682	384.624	597.637
	47.781	84.814	2.153.441	5.554.136	1.409.284	9.249.456
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.401.011	137.211	568	-	-	1.538.790
	1.448.792	222.025	2.154.009	5.554.136	1.409.284	10.788.246

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de 31 de março de 2019, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$721.277.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) (1)
RF	Instituições cujo risco de crédito é do Governo Federal	-	Entre 6,0% e 9,0%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo.
2. Os bancos RF e A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia e com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O Termo Aditivo condicionou a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva continuidade da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de março de 2019, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais informações na nota explicativa nº 17.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31/03/2019	31/12/2018
Total do passivo	14.124.764	14.274.721
Caixa e equivalentes de caixa	(376.704)	(451.304)
Fundos vinculados	(69.820)	(155)
Passivo líquido	13.678.240	13.823.262
Total do patrimônio líquido	4.830.712	4.642.358
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,83	2,98

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018, a Companhia capitalizou encargos financeiros no montante de R\$10.615 e R\$7.644, respectivamente. Essas operações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras de 2018

Em 03 de maio de 2019, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e autorizou a destinação do Lucro Líquido de 2018 conforme proposta da Administração.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

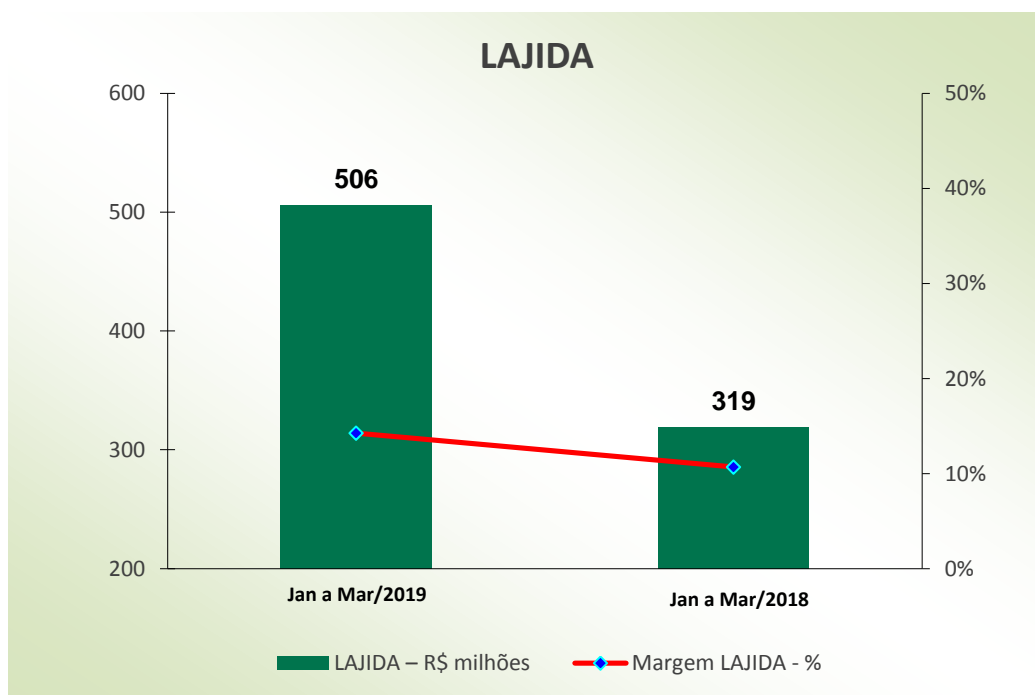
(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Lucro líquido do período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a março de 2019, lucro líquido de R\$188.354 em comparação ao lucro líquido de R\$65.722 no mesmo período de 2018. As principais variações na comparação dos resultados dos três primeiros meses de 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir, ressaltando-se o expressivo aumento no Lajida da Companhia:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Var %
Lucro líquido do período	188.354	65.722	186,59
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	100.999	37.896	166,52
+ Resultado financeiro líquido	54.574	70.599	(22,70)
+ Amortização	161.965	144.893	11,78
= LAJIDA	505.892	319.110	58,53



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA no período de janeiro a março de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018 deve-se, principalmente, ao crescimento de 19,00% da receita operacional,

compensado parcialmente pelo aumento de 14,27% dos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 10,69% no período de janeiro a março de 2018 para 14,25% no mesmo período de 2019.

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.889.692 no período de janeiro a março de 2019, em comparação a R\$3.835.474 no mesmo período de 2018, representando aumento de 27,49%. Os principais impactos na receita, no período de janeiro a março de 2019, decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019); e
- aumento de 5,13% no volume de energia vendida para consumidores finais.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Var %
Residencial	2.743.798	2.593.117	5,81
Industrial	640.656	612.077	4,67
Comércio, serviços e outros	1.360.143	1.351.365	0,65
Rural	860.119	765.502	12,36
Poder público	223.700	213.598	4,73
Iluminação pública	351.964	343.406	2,49
Serviço público	339.111	322.058	5,30
Total	6.519.491	6.201.123	5,13

Destaca-se o crescimento de 5,13% na quantidade de energia vendida para o consumidor final. Ressalta-se que todas as classes foram impactadas pelo calendário de faturamento que, no primeiro trimestre de 2019 teve 2,7 dias a mais que no mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, destaca-se os fatores abaixo:

- as classes residencial, comercial e poder público tiveram o crescimento influenciado pela elevação da temperatura média no primeiro trimestre de 2019 comparado ao mesmo período de 2018;
- a classe rural teve o crescimento influenciado pelo aumento do consumo ligado à irrigação devido ao menor volume de chuvas; e
- a classe de serviço público foi impactada pelo aumento do consumo ligado à captação de água, também devido ao menor volume de chuvas.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a março de 2019, essa receita correspondeu ao montante de R\$636.237, comparada a R\$379.882 no mesmo período de 2018, o que representou crescimento de 67,48%. Esta variação decorre do aumento de aproximadamente 65,60%, incluindo transporte de energia e demanda, ocorrido no reajuste tarifário anual de 2018, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019).

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R\$120.350 no primeiro trimestre de 2019, em comparação a um aumento da receita de R\$441.156 no mesmo período de 2018. Essa variação deve-se, principalmente, aos maiores custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária o que gerou um maior ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11 das informações contábeis intermediárias.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$160.201 de janeiro a março de 2019, comparados a R\$170.074 no mesmo período de 2018, redução de 5,81%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.557.899 de janeiro a março de 2019 comparados a R\$2.202.709 no mesmo período de 2018 representando aumento de 16,13% decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$600.569 no período de janeiro a março de 2019 comparados a R\$549.183 no período de janeiro a março de 2018. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Houve redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$11.156 no período de janeiro a março de 2019 em comparação a R\$116.772 no mesmo período de 2018, uma redução de 90,45%.

Esta variação se explica pelo fato de que no primeiro trimestre de 2019 não houve efeitos de acionamento das bandeiras vermelha ou amarela, tendo em vista que prevaleceu a bandeira verde durante todo o período. No mesmo período de 2018 o resultado foi impactado pelo acionamento, no mês de dezembro de 2017, da bandeira vermelha patamar 1, com efeitos no faturamento de janeiro de 2018.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$3.206.495 no período de janeiro a março de 2019, comparados a R\$2.809.324 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 14,14%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 23 das informações contábeis intermediárias.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$247.659 no período de janeiro a março de 2019 comparados a R\$225.825 no mesmo período de 2018, representando aumento de 9,67%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- despesas com a reabertura do programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$14.728 no primeiro trimestre de 2019;
- reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018 em função de Acordo Coletivo;
- aumento de 2,41% no número médio de empregados sendo 4.499 no primeiro trimestre de 2019 em comparação a 4.393 no mesmo período de 2018.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$46.261 no período de janeiro a março de 2019 comparada a R\$13.856 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre do crescimento do resultado da Cemig, Controladora da Cemig D, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.828.301 no período de janeiro a março de 2019 comparados a R\$1.485.293 no mesmo período de 2018, um crescimento de 23,09%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento das despesas com compra de energia de curto prazo: o resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. No primeiro trimestre de 2019 o resultado líquido foi despesa de R\$489.525 comparados a despesa líquida de R\$186.099 no mesmo período de 2018. A variação decorre, principalmente, do déficit de energia apurado nos meses de janeiro e fevereiro de 2019, no volume de 50.228 MWh, sendo necessário a compra energia ao PLD – preço de liquidação de diferenças. Nos três primeiros meses de 2018 foi apurado um superávit de energia, no volume total de 223.166 MWh, proporcionando a venda na CCEE com a consequente redução da despesa líquida naquele período;
- aumento de 15,58% das despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R\$333.156 no primeiro trimestre de 2019 comparado a R\$288.243 no mesmo período de 2018. Esta variação se deve, principalmente, da maior cotação do dólar no primeiro trimestre de 2019 na comparação com o mesmo período de 2018.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no

reajuste tarifário subsequente. Mais informações na nota explicativa nº 23b das informações contábeis intermediárias.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$338.942 no período de janeiro a março de 2019 comparados a R\$370.845 no mesmo período de 2018, representando redução de 8,60%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$59.136 de janeiro a março de 2019 comparados a R\$84.765 no mesmo período de 2018.

Destaca-se a redução das provisões para contingências trabalhistas que representou reversão líquida de R\$4.178 no período de janeiro a março de 2019 em comparação à constituição de R\$11.101 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre, principalmente, dos impactos da nova jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da licitude da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, o que levou à reavaliação de perda de diversas ações onde se discute este tema, com a consequente redução dos valores anteriormente provisionados.

Mais informações na nota explicativa nº 20 das informações contábeis intermediárias.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no período de janeiro a março de 2019 foi uma despesa financeira líquida de R\$54.574 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$70.599 no mesmo período de 2018. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 88,40% nas rendas de aplicações financeiras, sendo R\$11.854 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R\$6.292 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de recursos aplicados no primeiro trimestre de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018;
- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R\$20.906 no primeiro trimestre de 2019 comparados a uma receita líquida de R\$447 no mesmo período de

2018 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos no período de janeiro a março 2019 na comparação com o mesmo período do ano anterior;

- aumento de 9,46% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$99.224 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R\$90.561 no mesmo período de 2018. Este resultado decorre, principalmente, do maior saldo de empréstimos e financiamentos indexados a variação do CDI no primeiro trimestre de 2019 na comparação com o mesmo período de 2018.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a março de 2019, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$100.999 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$289.353. No período de janeiro a março de 2018, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$37.896 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$103.618.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c das informações contábeis intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Comercial

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Paulo Mota Henriques
Diretoria sem denominação

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Gestão Empresarial,
interina e cumulativamente

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja forma e conteúdo nas informações intermediárias são requeridas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 15 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0